



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

OS NOVOS CONTORNOS DO ANALFABETISMO

Analfabetismo ou Ileticismo:

O que é? Quem são? Onde estão?

Maria José Bruno Esteves

Introdução

Um dos aspectos da realidade portuguesa em que a distância relativamente aos restantes países da União Europeia é mais relevante é a que se refere aos níveis educativos da população. Os baixos níveis de escolaridade da população portuguesa constituem um facto tanto no que se refere ao analfabetismo literal como relativamente a toda a população que não possui a escolaridade obrigatória, sendo este já classificado, em alguns países industrializados, como analfabetismo funcional. Como refere Jean-Paul Hautecoeur, pode-se contestar, do ponto de vista semântico ou terminológico, o uso extensivo do conceito. Pode-se falar de *analfabetismo funcional*, de *semianalfabetismo* ou de *iletrismo* porque as suas definições, as suas percepções, as suas representações são sociais, assim como as categorias de população que elas designam e os grandes números que elas subentendem. “O analfabetismo, tal como a loucura, é a definição que lhe é dada, numa determinada época, por uma determinada sociedade.”^[1]

“Estas percepções, estas categorias colectivas são mutáveis. Há apenas dez anos teria sido inconcebível aplicar o conceito de analfabetismo a um quarto ou a um terço da população adulta. As coisas mudaram muito e o mesmo se poderá dizer das palavras e dos números. O conceito foi rapidamente vulgarizado, a coisa que ele designa alargou-se, o seu carácter ‘patológico’ ou excepcional, tornou-se norma e até familiar. Contudo a aventura deste fenómeno está longe de ter acabado.” Em certos países industrializados, fala-se mesmo de analfabetismo informático ou tecnológico ou de analfabetismo cultural.

Um conhecido autor francês, Jean-Pierre Vélis, afirma mesmo que existem actualmente dezenas de milhares, ou mesmo milhões de adultos vivendo nos países industrializados que estão “ameaçados” de iletrismo, sem o saberem. “Hoje, esses homens e essas mulheres podem ter uma vida social, profissional, familiar inteiramente feliz e ser apanhados amanhã por um ‘iletrismo’ que ainda não existe. É tudo uma questão de definição e de nível. ‘Qual é a bagagem mínima que deve possuir

à saída da escola o pior aluno da pior das escolas?”^[2] É a questão colocada por alguns autores que defendem a definição de um “saber mínimo garantido”.

Actualmente admite-se que o conceito de alfabetização é um conceito social cuja definição depende da “cultura e da época”, sofrendo a influência dos progressos tecnológicos que resultam na elevação do nível de competências exigidas aos indivíduos.

O analfabetismo no sentido tradicional

Em Portugal, o analfabetismo continua a ser encarado apenas na sua perspectiva mais tradicional - o adulto que não sabe ler nem escrever.

Embora desde 1960 a UNESCO apontasse para uma concepção de alfabetização mais alargada, as entidades responsáveis nos países industrializados tendiam a reduzir o analfabetismo apenas a alguns indivíduos em situação específica (doentes, deficientes físicos e mentais, inadaptados) ou a pessoas idosas não-escolarizadas ou certos imigrantes dos países do Terceiro Mundo.

Sendo Portugal um país semi-industrializado, é caracterizado por estruturas sociais dos países industrializados, mas também tem no seu seio estruturas sociais bastante próximas dos países

em desenvolvimento. Nas regiões agrícolas do interior do país, onde a cultura oral ainda predomina, o peso social e económico do analfabetismo não será tão intenso como nos meios urbanos e industrializados.

O próprio desenvolvimento económico das regiões e a produtividade agrícola são factores determinantes no processo de alfabetização das populações. A comparação das taxas de analfabetismo por região permite estabelecer a relação entre o analfabetismo e o desenvolvimento económico das regiões.

Estudos sobre a demografia histórica da alfabetização, efectuados nos países industrializados, fazem realçar a diferença de acesso à alfabetização e à cultura “legítima” da escola segundo a origem rural ou urbana.

Em Portugal, como é sabido, o processo de escolarização esteve durante muitos anos (período salazarista) dependente de uma ideologia corporativista que impediu o acesso à escola das famílias populares.

Pode-se, assim, afirmar que as elevadas taxas de analfabetismo da população mais idosa são resultantes, por um lado, da política conservadora da sociedade portuguesa no período do Estado Novo que se opôs, durante largos anos, à implementação da generalização da alfabetização e, por outro, às assimetrias regionais provocadas pelo desigual desenvolvimento económica das regiões. No entanto, a permanência de elevadas taxas de analfabetismo entre certos grupos etários da população em idade activa, após a realização de campanhas de alfabetização e de criação de cursos por todo o país, explica-se, em parte, pela ausência de um desenvolvimento económico e social das regiões mais pobres.

As pessoas que ainda procuram um curso de alfabetização são motivadas por razões individuais. Não existe uma motivação colectiva provocada pelo próprio desenvolvimento. As assimetrias regionais mantêm-se a todos os níveis, nomeadamente, ao nível do analfabetismo que não é mais do que uma consequência do próprio processo de desenvolvimento.

Novos tipos de analfabetismo nos países industrializados

O analfabetismo funcional ou iletrismo

Desde os anos 80 que os países industrializados começaram a assumir a existência de um novo tipo de analfabetismo. Durante muito tempo, apenas se admitia a existência de analfabetismo entre certos grupos sociais — pessoas idosas, populações imigradas, diminuídas de vários tipos, etc. No entanto, a crise económica verificada nos anos 70, contribuiu para a “redescoberta” da existência de analfabetismo nos países industrializados.

“Os empregos tradicionais e pouco qualificados eram cada vez mais raros, tendo-se tornado necessário reciclar um grande número de jovens para os empregar nas indústrias novas. Com esse objectivo foram criados programas de formação profissional, mas rapidamente se apercebeu que a ausência de noções elementares, nomeadamente em leitura, escrita e cálculo,

complicava consideravelmente a tarefa”.^[3]

Perante alguns estudos efectuados sobre a dimensão do analfabetismo a atitude era de incredulidade. Na maior parte dos países industrializados pensava-se que a escolaridade obrigatória tinha resolvido o problema do analfabetismo há muitos anos. O analfabetismo, se existia, era apenas um fenómeno residual votado à extinção.

Em Portugal, como já referimos, considerou-se, durante muitos anos, que se tratava de um fenómeno que apenas dizia respeito às populações mais idosas, em especial as de origem rural.

Já em 1982, no dia 8 de Setembro, o director-geral da UNESCO alertava para este novo fenómeno que se passava nos países industrializados. Mas é em 1985, durante a IV Conferência Internacional da UNESCO sobre Educação de Adultos, em Paris, que se verificou “o consenso de que a *eliminação do analfabetismo*, num grande número de Estados-membros e, especialmente, nos países em desenvolvimento continua a ser o principal desafio educativo que se coloca em fins do século XX” e que o analfabetismo constitui um entrave à realização do direito à educação e ao desenvolvimento

do indivíduo e da sociedade.^[4]

Pela primeira vez é colocado um problema que já há vários anos se tornara uma preocupação dos países altamente industrializados.

Esse problema prendia-se com o *analfabetismo regressivo*, com o *semianalfabetismo* e com o *analfabetismo funcional ou iletrismo* verificados, nomeadamente, nos jovens que tiveram uma escolaridade deficiente.

Nesta perspectiva o *analfabetismo funcional ou iletrismo* é definido como:

“a incapacidade para dominar as competências e os meios necessários à inserção profissional, à vida social e familiar e à participação activa na vida da sociedade e, isso, não obstante os saberes

culturais herdados da tradição e da experiência”. [5]

Diferentes públicos, diferentes formas de analfabetismo

Perante a rapidez das mudanças industriais e tecnológicas e o agravamento do insucesso escolar, novas camadas da população são, assim, afectadas pelo fenómeno do analfabetismo funcional ou “iletrismo”, sobretudo as populações mais carenciadas.

Segundo a socióloga Leslie Limage, uma estudiosa sobre o analfabetismo nos países industrializados, os factores exteriores à escola contribuem ainda mais para perpetuar o analfabetismo num grande número de crianças e adultos. Entre os que se conhecem melhor, sem dúvida, é a pobreza.

Considera, mesmo, que a ligação entre a alfabetização e a pobreza é indiscutível. Mas, conforme refere ainda a autora, não se pode afirmar que todos os pobres são completa ou parcialmente analfabetos e que a alfabetização seja um factor necessário de estatuto socioeconómico nos países industrializados. O que se pode dizer, sem mesmo recorrer às estatísticas, é que o

analfabetismo, sob todas as suas formas, é particularmente frequente em certos grupos. [6]

Quem são estes novos públicos?

— jovens que deixaram a escola por insucesso ou abandono,

— adultos desempregados ou com emprego precário,

— minorias étnicas ou culturais,

— populações mais desfavorecidas que vivem na periferia das grandes cidades.

Jean-Pierre Vélis, afirma mesmo, que “os iletrados são os analfabetos dos tempos modernos nas sociedades industriais: eles podem saber ler o alfabeto, podem saber contar (...), mas o saber rudimentar que possuem não está à altura das exigências da sociedade contemporânea.

Muito menos da de amanhã”. [7]

Perante a constatação de que em qualquer país, tal como se efectuou uma reavaliação do dinheiro de troca como capital económico, também se procedeu a um aumento do seu capital cultural, ao nível dos saberes e das técnicas, o autor considera que “os conhecimentos são como o dinheiro: *desvaloriza-se*” e que “os *iletrados* são aqueles que se apresentam sobre o mercado mais desvalorizados por causa do certificado de estudos primários obsoletos, do certificado de formação geral inútil, do certificado

de aptidão profissional insuficiente. *Desqualificados. Fora de jogo*”. [8]

Verifica-se, assim, uma redescoberta do sentido de analfabetismo.

Como refere Jean-Paul Hautecoeur é difícil falar de analfabetismo no singular, o analfabetismo é um fenómeno universal que assume vertentes diversificadas conforme os grupos sociais e conforme os países.

Falar hoje de analfabetismo, não é mais falar de um grupo restrito de pessoas que não sabe ler nem escrever porque não frequentou a escola, mas é falar de uma grande parte da população que não tem acesso aos meios modernos de comunicação, que não tem acesso ao emprego, que não tem acesso a níveis escolares superiores, *enfim que não participa na vida social e política da comunidade onde está inserida*.

O combate ao analfabetismo é cada vez mais um problema que tanto diz respeito à educação de adultos como à educação das crianças. Também em Portugal se tem verificado uma expansão deste fenómeno, nomeadamente, dos jovens que abandonaram a escola sem ter concluído a sua escolaridade.

As taxas de insucesso e abandono escolar e a crescente afluência de jovens que se inscrevem em cursos do ensino recorrente procurando uma segunda oportunidade para a obtenção da escolaridade obrigatória é um indicador deste facto.

Mas será o nível de instrução um indicador do nível de conhecimentos?

Entre a população que teve contacto com a escrita e que alcançou, mesmo, um grau de instrução, o nível de conhecimentos e a atitude perante a utilização da escrita não é semelhante. Segundo Phillipe Perrenoud, a população diferencia-se pelo nível de instrução, mas dentro do mesmo nível

(o diploma adquirido) o nível de conhecimentos é diferente. [9]

É o que Roger Girod denomina de *nível real de instrução* e *nível formal de instrução*. O primeiro não pode servir de indicador satisfatório do segundo e a sua evolução não é correspondente.

Assim, na população com baixos níveis de instrução (sem o 1º ciclo, sem o 2º ciclo ou apenas com o 2º ciclo) os conhecimentos são diferenciados. Alguns podem ter um nível de conhecimentos superior ao nível formal de instrução, outros terão um nível de conhecimentos inferior. Em estudos efectuados sobre a relação entre o nível formal de instrução e o nível real de

conhecimentos, nomeadamente em países industrializados, chegou-se à conclusão que o nível de uma larga fracção de jovens adultos é baixo ou medíocre.

Indica o autor que só uma minoria tem um nível correspondente verdadeiramente aos objectivos do

ensino obrigatório e só uma fracção desta minoria ultrapassa aquele nível, mas ainda bastante modesta. “O nível *formal* de instrução geral de uma geração não é, como se vê, de modo algum seguro

para representar o nível *real* dos conhecimentos dos seus membros”. [10]

O nível formal de instrução indica, segundo o autor, com mais ou menos precisão conforme o tipo de classificação adoptada, a duração e a natureza dos estudos assim como o género de título obtido pelos diplomados. São os níveis indicados pelas estatísticas. O nível real de instrução refere-se aos conhecimentos efectivos ou o nível de *literacia*, como modernos estudos sobre as capacidades de leitura, de escrita e de interpretação da mensagem escrita o denominam.

Como é referido por Ana Benavente e Alexandre Rosa, a propósito da investigação sobre as competências da população adulta, nem sempre existe uma relação directa entre as competências de literacia e os níveis escolares que as pessoas exibem, provocado pela “falta de estímulos, maioritariamente profissionais, que levam a um emprego sistemático das capacidades de leitura e da escrita.”

Segundo a opinião destes investigadores, “com uma escolaridade inferior a 12 anos todos

os conhecimentos obtidos são susceptíveis de regressão até ao ponto do total esquecimento”. [11]

Os resultados do referido estudo demonstram que o nível de instrução nem sempre corresponde ao nível de conhecimentos. Contudo, o estudo revela que a população com baixos níveis de instrução são as que possuem níveis de literacia mais baixos.

Assim, a população que não possui pelo menos seis anos de escolaridade corre o risco de se tornar facilmente analfabeto funcional ou iletrado.

As estatísticas publicadas pelo INE resultantes do Recenseamento Geral da População são os únicos dados nacionais que existem a nível oficial que permitem identificar, minimamente, as características da população residente em Portugal. O nível de instrução da população deve ser, assim, encarado apenas como um indicador dos níveis escolares alcançados. *Não nos dá o nível real de conhecimentos da população.*

A análise que a seguir apresentamos acerca das taxas de analfabetismo da população, quer literal quer funcional, é apenas um indicador dessas mesmas taxas.

Sendo o analfabetismo já por si um fenómeno difícil de se definir, mais ainda o será, através de meros dados estatísticos que pretendem simplesmente fazer uma classificação da população segundo os níveis escolares alcançados.

Pretende-se, no entanto, com a apresentação destes dados, a sensibilização de todos vós para os baixos níveis escolares da população portuguesa tendo presente os novos contornos do analfabetismo ou do iletrismo, como lhe queiram chamar.

Estatísticas da população portuguesa com baixos níveis de escolaridade, em 1991

Níveis de Escolaridade da População Residente com 15 e mais anos

A comparação entre os dados resultantes do XII Recenseamento Geral da População efectuado em 1981 [12] e os dados do XIII Recenseamento realizado pelo Instituto Nacional de Estatística em 1991 permite verificar a evolução dos níveis de escolaridade da população, com 15 e mais anos, residente no Continente e Ilhas.

Quadro I

Níveis de escolaridade da população residente no Continente e Ilhas com 15 e mais anos

	1981		1991	
Níveis escolares				
Não sabe ler nem escrever	1.506.205	20,6%	951.021	12,1%
Sabe ler e escrever sem diploma	1.194.192	16,3%	1.097.563	13,9%
Ensino Básico Primário (ou 1º ciclo)	2.847.739	38,9%	2.871.014	36,4%
Ensino Básico Preparatório (ou 2º ciclo)	775.139	10,6%	1.182.355	15,0%
Ensino Secundário Unificado (ou 9º ano)	473.022	6,5%	804.792	10,2%
Ensino Secundário Complementar (ou 12ª ano)	256.563	3,5%	602.050	7,6%
Curso Médio	116.196	1,6%	98.218	1,2%

Curso Superior (Bacharelato ou Licenciatura)	155.284	2,1%	283.862	3,6%
Total	7.324.340	100%	7.890.875	100%

Fonte: INE - XIII Recenseamento Geral da População – 1991

Esta observação permite constatar que, embora a taxa de analfabetismo tenha decrescido de 20,6%, em 1981, para 12%, em 1991, a população que sabe ler e escrever, mas não possui qualquer nível de instrução, representa ainda 14% (em 1981 correspondia a 16% da população), o que significa que a totalidade da população que não possui pelo menos quatro anos de escolaridade se situa ainda nos 26%, o que representa, de algum modo, uma forma de analfabetismo ou de semianalfabetismo. Outra observação que se pode constatar é a que diz respeito à população que possui ou não

a escolaridade de seis anos. ^[13]

Quadro II

População Residente no continente e Ilhas, com 15 e mais anos, segundo a posse ou não da escolaridade de seis anos

Níveis escolares	1981	1991
sem o 2º ciclo do ensino básico (ou ensino preparatório)	75,8%	62,4%
com o 2º ciclo ou mais	24,2%	37,6%

Fonte: INE - XIII Recenseamento Geral da População - 1991

Tendo presente que o fenómeno do analfabetismo deixou de ser restrito à população que não sabe ler nem escrever para passar a ter um sentido mais lato e que contempla uma população que, embora possa saber ler e escrever e tenha frequentado a escola, não completou a escolaridade obrigatória e, como Vélis descreve, estão desqualificados para a vida económica e social, não se pode deixar de referenciar os valores elevados que a população portuguesa sem a escolaridade de seis anos ainda apresenta, em 1991 (62,4%).

População sem quatro ou seis anos de escolaridade

Como referimos inicialmente, a partir dos anos 80, os países industrializados começaram a assumir a existência de um novo tipo de analfabetismo - o *analfabetismo funcional ou iletrismo*.

Estando este tipo de analfabetismo presente, fundamentalmente, entre os jovens que obtiveram uma escolaridade deficiente ou que não a terminaram, ele também assume a forma de analfabetismo regressivo ou de semianalfabetismo entre as populações menos jovens que abandonaram a escola há muitos anos não tendo concluído, pelo menos, os quatro anos de escolaridade e obtido um diploma.

Não sendo possível definir um critério de analfabetismo funcional aplicável a toda a Europa, a UNESCO aconselhou que cada governo definisse o seu próprio conceito em função das suas exigências. Relembrando que analfabeto funcional é todo o indivíduo que se apresenta desqualificado em relação à sociedade de escrita em que está inserido consideramos, que em Portugal, se pode classificar de analfabetismo funcional ou iletrismo toda a população que não possui pelo menos os quatro anos de escolaridade.

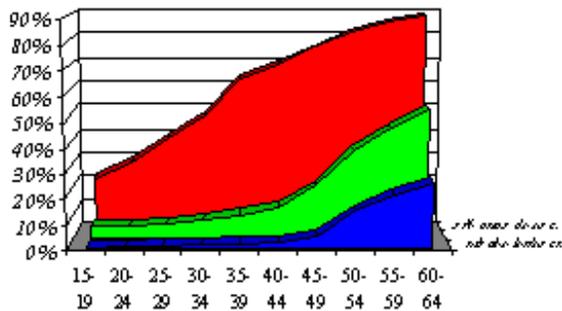
Quanto aos que não possuem os seis anos de escolaridade já dependerá fundamentalmente da idade. No entanto não deixa de ser um indicador do baixo nível de instrução da população portuguesa decorrente de uma herança ainda muito recente.

A análise efectuada acerca das taxas da população sem os quatro e os seis anos de escolaridade e que a seguir se apresenta deve, assim, ser interpretada como um indicador deste fenómeno que alarma a Europa e que está bastante presente em Portugal.

No que se refere à população que não possui pelo menos *os quatro anos de escolaridade*, a observação das taxas por grupos etários e sexo permite constatar que, embora seja entre as populações mais idosas que a ausência de um nível de instrução é mais acentuado, não deixa de ser preocupante os valores verificados entre a população jovem e em idade ainda bastante activa.

Gráfico I

Taxas da população sem seis anos de escolaridade, segundo o grupo etário, em Portugal, em 1991



	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64
■ s/6 anos de esc.	0,2144	0,2819	0,3812	0,478	0,6304	0,6871	0,756	0,8201	0,8571	0,8815
■ s/4 anos de escol.	0,05	0,0546	0,0612	0,0805	0,0973	0,1273	0,2159	0,358	0,4551	0,526
■ n/sabe ler/escr.	0,0066	0,0096	0,0119	0,0149	0,0179	0,0224	0,0466	0,1511	0,2134	0,2625

Fonte: INE - XIII Recenseamento Geral da População - 1991

No que diz respeito à *população que não possui os seis anos* de escolaridade importa referir que a maioria da população portuguesa não está abrangida pela escolaridade obrigatória de seis anos. Apenas 20% da população residente, que em 1991 possuía idade superior a 14 anos, está obrigada a uma escolaridade de seis anos.

Contudo, a posse da escolaridade de seis anos é, hoje, uma condição fundamental para ter acesso aos mínimos exigíveis para o acesso ao emprego e sua manutenção e progressão, embora, como referem alguns investigadores, uma escolaridade inferior a 12 anos é susceptível de que os conhecimentos adquiridos regridam até ao esquecimento total.

As taxas de população sem a escolaridade de seis anos são, assim, um indicador da dimensão da precariedade de conhecimentos da população portuguesa e da conseqüente perigosidade em que se encontram relativamente ao emprego e, mesmo, à impossibilidade de serem sujeitos a uma formação profissional.

No que diz respeito aos *grupos etários* observa-se, um agravamento da população mais jovem, especialmente até aos 49 anos, como se pode observar no gráfico.

A comparação entre as duas primeiras representações permite verificar que, embora a curva mantenha ligeiramente a mesma evolução, existe um agravamento da taxa da população sem os quatro anos de escolaridade entre a população com idades mais baixas.

No que se refere à população que possui *níveis escolares inferiores a seis anos*, e que representa cerca de 5 milhões de pessoas verifica-se que as taxas da população mais idosa, são bastante elevadas, o que é admissível tendo presente que a escolaridade obrigatória de seis anos só se iniciou em 1967.

Contudo, no que se refere aos mais jovens, especialmente, os que possuíam nesta data idades entre os 15 e os 24 anos, a situação já se torna alarmante. Significa que cerca de um quarto dos jovens destas idades (396.850 jovens), que deveriam possuir a escolaridade obrigatória, a não possuem.

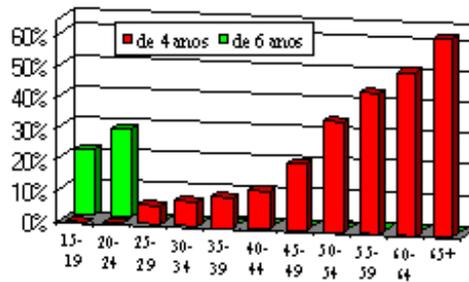
Outra observação que se pode observar no gráfico, é que o grande peso se situa entre a população que possui os quatro anos mas não atingiu os seis anos e que representa 36% da população residente em Portugal com idade superior a 14 anos (cerca de 2,8 milhões de pessoas).

Sem a escolaridade obrigatória

Ao considerar-se apenas a população que não possui a escolaridade obrigatória, de acordo com a idade, pode-se comparar o cumprimento da escolaridade obrigatória ao longo do tempo.

Gráfico II

Taxas da população sem a escolaridade obrigatória



Fonte: INE - XIII Recenseamento Geral da População - 1991

A observação deste gráfico permite comprovar que a evolução positiva de cumprimento da escolaridade de quatro anos foi interrompida quando esta passou para seis anos. As taxas de não cumprimento da escolaridade obrigatória para a população abrangida pelos seis anos retomou os níveis que a população abrangida pelos quatro anos tinha alcançado durante os anos 60. O aumento da escolaridade para seis anos não teve, assim, uma imediata correspondência de cumprimento. A tendência que se vinha a verificar foi interrompida dando lugar a uma nova curva, que parece apresentar uma tendência semelhante àquela que se verificou, nos últimos 30 anos, quanto ao cumprimento da escolaridade obrigatória de quatro anos.

Assim, para que o ensino recorrente não continue a ser a segunda oportunidade de obtenção da escolaridade obrigatória para cerca de um quarto dos jovens que a não cumpriram durante a idade normal de frequência, é necessário um forte investimento no processo educativo das crianças e jovens em idade escolar. Não se pode repetir a mesma curva evolutiva da taxa relativa ao cumprimento da escolaridade de quatro anos porque isso representará o sacrifício de uma geração. Contudo, também não se pode deixar de investir nesta população que não possui a escolaridade. Não se pode correr o risco de deixar à margem do desenvolvimento e da participação social e política uma população que representa cerca de 50% da população total do país. Não se pode repetir o que aconteceu durante a Primeira República em que a demagogia se sobrepôs à acção e o combate ao analfabetismo não foi realizado como se defendia. Uma democracia só se concretiza quando todos os seus cidadãos participam nas mesmas condições e tiverem os mesmos direitos. Os novos contornos do analfabetismo são, como podemos verificar, bastante acentuados. Para os eliminar é necessário, antes de tudo, assumir a sua existência. Só depois se podem definir medidas e estratégias para o combater.

Referencias Bibliográficas

- ESTEVES, Maria José Bruno, *Situação do Analfabetismo nas suas Diferentes Formas - Análise da População que não Possui nem Frequenta o Ensino Básico Primário com 15 e mais anos em Portugal*, Ministério de Educação, Direcção-Geral de Apoio e Extensão Educativa, Lisboa, Junho de 1987.
- ESTEVES, Maria José Bruno, *Os Novos Contornos do Analfabetismo, Analfabetismo ou Illeticismo: O que é? Quem são? Onde estão?*, Ministério da Educação, Departamento de Educação Básica, Lisboa, 1995.
- GIROD, Roger, *Problèmes de Sociologie de l'Éducation*, ("Collection Sciences de l'Éducation"), Bureau International d'Education, UNESCO - Delachaux & Niestlé, Lausanne, Suisse, 1989.
- HAUTECOEUR, Jean-Paul, "Offre Génereuse, Demande Bloquée: Le Paradoxe Actuel de l'Alphabétisation", *ALPHA 90*, Recherches en alphabétisation, Québec, 1990.
- HAUTECOEUR, Jean-Paul, "Alphabétisme dans les pays industrialisés? Quel Sens? Quelles Actions? Quels Resultats?", *ALPHA 92*, Québec, 1992.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Censos 91: Resultados Definitivos, *XIII Recenseamento Geral da População*, Lisboa, Janeiro 1994.
- LIMAGE, Leslie, "L'analphabétisme dans les pays industrialisés: un commentaire sociologique", *Perspectives*, vol. X, n°2, 1980.
- LIMAGE, Leslie, "Alphabétisme dans les pays industrialisés: mythe et réalité, (Alphabétiser? Parlons-en!)", *Année Internationale de l'Alphabétisation*, UNESCO, Bureau International D'Éducation, Genève, 1990.
- LIMAGE, Leslie, "Et les Pays Industrialisés?", *Le Courier de l'UNESCO*, Juillet 1990.
- MINISTERE DE LA CULTURA E COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPEENNES, *La lutte contre l'analphabétisme dans les pays-membres des Communautés Européennes aujourd'hui*, Atenas, 1987.
- PERRENOUD, Phillipe, "Das diferenças culturais às desigualdades escolares: a avaliação e a norma num

ensino diferenciado”, *Análise Psicológica*, II, 1, 1978.

RIBEIRO, Marina, “Literacia: Avaliar as Competências da População Adulta”, *Notícias de Educação*, nº18, ano 2, Ministério da Educação, Fevereiro de 1995.

UNESCO, *Relatório Final e Recomendações — Reunião técnica de especialistas europeus sobre a prevenção do analfabetismo funcional e a integração dos jovens no mundo do trabalho*, Hamburgo, 1986.

UNESCO, *Quarta Conferência Internacional da UNESCO sobre a Educação de Adultos — Recomendações*, Lisboa, Ministério da educação e Cultura, Direcção-Geral da educação de Adultos, Pensar Educação Nº14, 1986.

VÉLIS, Jean-Pierre, *La France Illétrée, L'Épreuve des Faits*, Editions du Seuil, Paris, 1988.

VÉLIS, Jean-Pierre, *Carta de Analfabétia — Notícias de uma Região Recentemente Descoberta nos Países Desenvolvidos*, Colecção Impacto, Edições 70, Lisboa, 1991.

Anexos

Anexo I - População residente que não sabe ler nem escrever, por grupos etários e sexo, em 1991

Grupos	População que não sabe ler e escrever			taxa		
	HM	H	M	HM	H	M
15-19	5.575	3.009	2.566	0,66%	0,70%	0,62%
20-24	7.314	3.976	3.338	0,96%	1,03%	0,88%
25-29	8.645	4.442	4.203	1,19%	1,24%	1,15%
30-34	10.324	5.106	5.218	1,49%	1,50%	1,48%
35-39	11.805	5.332	6.473	1,79%	1,66%	1,91%
40-44	14.180	5.589	8.591	2,24%	1,82%	2,63%
45-49	26.527	8.683	17.844	4,66%	3,20%	5,99%
50-54	84.473	27.979	56.494	15,11%	10,54%	19,25%
55-59	119.886	40.389	79.497	21,34%	15,35%	26,62%
60-64	139.896	47.599	92.297	26,25%	19,43%	32,05%
65+	522.396	163.077	359.319	38,92%	29,26%	45,78%
total	951.021	315.181	635.840	12,05%	8,41%	15,34%

Fonte: INE - XIII Recenseamento Geral da População, 1991 (Resultados definitivos - quadro 6.04)

Anexo II - População Residente em Portugal, com 15 e mais anos sem quatro anos de escolaridade, em 1991

Grupos	População sem 4 anos de escolaridade			TAXAS		
	HM	H	M	HM	H	M
15-19	42.257	24.192	18.065	5,0%	5,6%	4,3%
20-24	41.781	23.815	17.966	5,5%	6,2%	4,7%
25-29	44.460	23.518	20.942	6,1%	6,5%	5,7%
30-34	55.865	27.383	28.482	8,0%	8,0%	8,1%
35-39	64.272	27.857	36.415	9,7%	8,7%	10,7%
40-44	80.713	26.546	54.167	12,7%	8,6%	16,6%
45-49	122.887	34.072	88.815	21,6%	12,5%	29,8%
50-54	200.117	65.540	134.577	35,8%	24,7%	45,8%
55-59	255.623	89.669	165.954	45,5%	34,1%	55,6%
60-64	280.339	102.563	177.776	52,6%	41,9%	61,7%
65+	860.270	306.362	553.908	64,1%	55,0%	70,6%
total	2.048.584	751.517	1.297.067	26,0%	20,1%	31,3%

Fonte: INE - XIII Recenseamento Geral da População, 1991 (Resultados definitivos - quadro 6.04)

Anexo III - População Residente em Portugal, com 15 e mais anos, sem seis anos de escolaridade, em 1991

Grupos Etários	População sem 6 anos de escolaridade			TAXAS		
	HM	H	M	HM	H	M
15-19	181.246	98.928	82.318	21,4%	23,1%	19,8%
20-24	215.612	113.760	101.852	28,2%	29,4%	26,9%
25-29	276.839	137.995	138.844	38,1%	38,4%	37,8%
30-34	331.843	160.019	171.824	47,8%	46,9%	48,6%
35-39	416.547	196.465	220.082	63,0%	61,1%	64,9%
40-44	435.711	202.004	233.707	68,7%	65,7%	71,5%
45-49	430.366	193.282	237.084	75,6%	71,2%	79,6%
50-54	458.469	206.535	251.934	82,0%	77,8%	85,8%
55-59	481.446	217.115	264.331	85,7%	82,5%	88,5%
60-64	469.806	208.773	261.033	88,1%	85,2%	90,6%
65+	1.221.713	491.405	730.308	91,0%	88,2%	93,1%
total	4.919.598	2.226.281	2.693.317	62,3%	59,4%	65,0%

Fonte: INE - XIII Recenseamento Geral da População, 1991 (Resultados definitivos - quadro 6.04)

Anexo IV - População Residente que não possui quatro anos de escolaridade, com 15 e mais anos, em 1991

Gr.Etários	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Continente
15-19	6%	4%	3%	5%	4%	5%
20-24	7%	5%	3%	6%	5%	5%
25-29	7%	6%	4%	6%	6%	6%
30-34	9%	8%	6%	8%	8%	8%
35-39	11%	10%	8%	11%	8%	9%
40-44	15%	15%	9%	16%	11%	12%
45-49	25%	27%	15%	28%	19%	21%
50-54	40%	21%	26%	48%	37%	31%
55-59	50%	53%	34%	57%	48%	45%
60-64	56%	61%	41%	66%	56%	52%
65+	67%	72%	52%	76%	70%	64%
TOTAL	26%	30%	20%	38%	30%	25%

Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, 1991 (Resultados definitivos - quadros 6.04)

Anexo V - População Residente que não possui seis anos de escolaridade, com 15 e mais anos, em 1991

Gr.Etários	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Continente
15-19	26%	21%	14%	22%	17%	21%
20-24	35%	27%	17%	26%	25%	27%
25-29	47%	39%	26%	36%	34%	38%
30-34	56%	51%	36%	48%	45%	47%
35-39	71%	69%	51%	65%	60%	63%
40-44	75%	75%	58%	75%	70%	68%
45-49	81%	82%	67%	83%	77%	75%
50-54	86%	66%	74%	90%	84%	78%
55-59	89%	91%	78%	92%	87%	85%

60-64	91%	93%	81%	95%	89%	88%
65+	93%	95%	85%	96%	93%	91%
total	65%	66%	54%	71%	65%	62%

Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, 1991 (Resultados definitivos - quadros 6.04)

Anexo VI - Taxas da população com 15 e mais anos, sem a escolaridade obrigatória

Grupos Etários	de 4 anos	de 6 anos
15-19	-	21,4%
20-24	-	28,2%
25-29	6,1%	-
30-34	8,0%	-
35-39	9,7%	-
40-44	12,7%	-
45-49	21,6%	-
50-54	35,8%	-
55-59	45,5%	-
60-64	52,6%	-
65+	64,1%	-

Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, INE, 1991 (Resultados definitivos)

[1] Jean-Paul Hauteceur, "Offre Génereuse, Demande Bloquée: Le paradoxe Actuel de l'Alphabétisation", *ALPHA 90, Recherches en Alphabétisation*, Québec, 1990, p. 128.

[2] **Jean-Pierre Vélis** *Carta de Analfabétia - Notícias de uma Região Recentemente Descoberta nos Países Desenvolvidos*, Coleção Impacto, Edições 70, Lisboa, 1991, p.68.

[3] Leslie Limage, "Et les Pays Industrialisés?", *Le Courrier de l'UNESCO*, Juillet 1990.

[4] UNESCO, *Quarta Conferência Internacional da UNESCO sobre a Educação de Adultos - Recomendações*, Lisboa, Ministério da educação e Cultura, Direcção-Geral da educação de Adultos, Pensar Educação Nº 14, 1986, p. 11.

[5] Idem, p.45.

[6] Leslie Limage, *Analphabetisme dans les pays industrialisés: mythe et réalité*, (Alphabétiser? Parlons-en!), Année Internationale de l'Alphabétisation, UNESCO, Bureau International D'Éducation, Genève, 1990, p. 7.

[7] Jean-Pierre Vélis, *La France Illétrée*, L'Épreuve des Faits, Editions du Seuil, Paris, 1988.

[8] idem.

[9] Phillippe Perrenoud, "Das diferenças culturais às desigualdades escolares: a avaliação e a norma num ensino diferenciado", *Análise Psicológica* (1978), II, 1, pp.133-155.

[10] Roger Girod, *Problèmes de Sociologie de l'Éducation*, Collection Sciences de l'Éducation, Bureau International d'Education, UNESCO - Delachaux & Niestlé, Lausanne, Suisse, 1989. pp.7-10.

[11] Conforme é referido no jornal Notícias de Educação, a propósito da entrevista concedida por Ana Benavente e Alexandre Rosa sobre o estudo em curso acerca da avaliação das competências da população adulta, "a literacia é um neologismo de origem inglesa que vem substituir, pela positiva e sem juízo de valor prévio, o termo analfabetismo (...). O termo é entendido pelo 'Educational Testing Service', norte-americano, como o 'uso de informação escrita e impressa que permita funcionar em sociedade, concretizar objectivos e desenvolver conhecimentos' (...). Para os canadianos, literacia é a 'capacidade de processamento de informação para usar material impresso comumente utilizado no trabalho, nas actividades domésticas e na comunidade'." (Notícias de Educação, nº18, ano 2, Ministério da Educação, Fevereiro de 1995, pp. 12-13).

[12]

A fonte de todos os quadros com taxas de analfabetismo relativas a 1981 é o estudo elaborado pela autora no âmbito das suas actividades na Divisão de Estudos da Direcção-Geral de Apoio e Extensão Educativa (Maria José Bruno Esteves, *Situação do analfabetismo nas suas Diferentes Formas - Análise da População que não possui nem Frequenta o Ensino Básico Primário com 15 e mais anos em Portugal*, Ministério de Educação, DGAE, Lisboa, 1987)

[13]

À data do recenseamento, a escolaridade obrigatória para a população com mais de 24 anos era de quatro anos (nascidos antes de 1 de Janeiro de 1967). Apenas os nascidos a partir de 1 de Janeiro de 1967 e que à data do recenseamento tinham menos de 25 anos eram abrangidos pela escolaridade obrigatória de seis anos. A partir da publicação da nova Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº46/86 de 14 de Outubro), a escolaridade obrigatória foi alargada para nove anos.